opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (*secretário*)
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Paulo Narcélio Simões Amaral (*financeiro, planejamento e novos negócios*), Marcelo Benez (*comercial*) e Marcelo Machado Gonçalves (*financeiro*)

Benett

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Vale persistir

Fiasco nas prévias do PSDB não deveria demover partidos de buscar ampliar o uso do instrumento

Em episódio anedótico de suas dificuldades para recuperar unidade interna e protagonismo na cena nacional, o PSDB não conseguiu levar a cabo no domingo (21) as prévias para a escolha de seu candidato à Presidência da República.

Após meses de discussões de regras, que ora pareciam favorecer um competidor, ora outro, os tucanos enfim deveriam apontar o nome a ser referendado em convenção no próximo ano.

Foi uma trapalhada. O aplicativo contratado pelo partido para que filiados votassem a distância não suportou nem uma hora de uso. À mazela tecnológica somou-se o bate-boca político, em que os dois favoritos da disputa, os governadores João Doria (SP) e Eduardo Leite (RS), trocaram acusações e se desentenderam quanto ao que fazer.

Será precipitado, contudo, desqualificar o processo por sua falha. Ao contrário, as prévias se mostram instrumento valioso para a democratização e para a transparência do debate eleitoral.

Como lembrou o terceiro e figurativo rival na disputa tucana, Arthur Virgílio, ex-prefeito de Manaus, é preciso começar por algum ponto para chegar ao nível das primárias americanas.

As duas prévias presidenciais de relevo anteriores, do PT em 2002 e do PMDB em 2006, tiveram respectivamente o caráter de um referendo e de uma farsa. No caso dos tucanos, o processo incluiu debates e, para surpresa do grupo do líder paulista, o crescimento do gaúcho como um rival viável.

Na teoria, a adoção do polêmico app de voto remoto também vai na direção correta de ampliar o acesso dos filiados da sigla ao certame.

O problema, como está evidente, foi a falta de confiabilidade do programa usado. Como dizia relatório de segurança feito por empresa privada sobre o software, seria necessário ter um plano B à mão para evitar toda a confusão.

Aí a conta fica para o açodamento das campanhas das prévias, uma queda de braço que ao fim contribuiu para o triste espetáculo.

Como procedimento, contudo, as prévias são um avanço ante o tradicional conchavo de meia dúzia de caciques — quando não menos.

Se elas expõem um partido trincado, a culpa é da tibieza da sigla, não da prévia. De quebra, sua sistematização também poderia ter o condão de aprofundar o contato entre agremiação e filiados.

Na forma atual, as listas de filiação são ficcionais, com números cumulativos não depurados pelo Tribunal Superior Eleitoral. Assim, não é surpresa que dos supostos 1,3 milhão de tucanos, apenas 45 mil tenham se credenciado para votar.

O desfecho da discussão no PSDB ainda está em aberto, mas ele não deveria demover outros partidos de buscar o mesmo caminho.

Injustiça virtual

Audiências de custódia a distância desvirtuam seus objetivos e não atenuam encarceramento

Criada em 2015 para garantir os direitos de presos, inclusive os de não sofrer tortura e não ser submetido à prisão ilegal, a audiência de custódia consiste em apresentar a pessoa encarcerada ao juiz em no máximo 24 horas desde o flagrante ou o mandado.

Pela lei, o magistrado pode manter a prisão, convertê-la em preventiva, optar por medidas cautelares ou mesmo pela libertação.

Na prática, as alternativas têm sido pouco utilizadas: dados sobre 2.774 casos ocorridos de abril a dezembro de 2018 em 13 cidades de nove estados do país apontam que menos de 1% das audiências resulta em que o acusado possa responder ao processo em liberdade sem cumprir medidas cautelares.

Tampouco o ambiente em que tais procedimentos ocorrem permite que um dos seus principais objetivos seja realizado — o relato de eventuais maus-tratos e tortura.

Conforme relatório elaborado em 2019 pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), em parceria com o Conselho Nacional de Justiça, em quase todos os casos acompanhados (96%) havia agentes de segurança na sala, além do uso indiscriminado de algemas.

É nesse contexto que se inserem as audiências de custódia virtuais, realizadas durante a pandemia, conforme permissão do ministro Luiz Fux, presidente do CNJ.

Criticadas por especialistas por não permitirem a avaliação presencial das condições físicas da pessoa presa, elas agravaram as violações já praticadas antes da Covid-19.

O número de procedimentos caiu de 222 mil em 2019 para 66 mil no ano passado. A maioria não segue os protocolos estabelecidos pelo CNJ, segundo levantamento do próprio conselho em outubro.

Em mais da metade (52,9%) dos estabelecimentos onde se realizam audiências em 25 capitais, não há câmeras que permitem que se veja toda a sala, e um percentual idêntico dos locais não conta com câmeras externas — duas exigências para garantia de privacidade.

Para serem eficazes, esses encontros não podem ser meras formalidades. É urgente que, à medida que a situação pandêmica dê indicativos de melhora, o Judiciário os tome presenciais, adotando regulação mais estrita no sentido de assegurar melhores condições.

Sem essas e outras garantias legais, o sistema penitenciário brasileiro — já sobrecarregado, brutal e injusto — perpetuará suas distorções, mesmo diante de instrumentos que deveriam reduzi-las.

Uma questão cultural

Francesca Angiolillo

A cada dia, de 822 a 1.370 mulheres são estupradas no Brasil. O dado, estarrecedor, vem de dossiê da Agência Patrícia Galvão e foi coletado pela jornalista Adriana Negreiros em seu livro "A Vida Nunca Mais Será a Mesma", recém-lançado pela Objetiva.

Negreiros já havia publicado em 2018, pela mesma editora, o excelente "Maria Bonita - Sexo, Violência e Mulheres no Cangaço".

Nele, tirava a personagem-título do lugar mítico que ocupa no imaginário popular, reconstruindo sua vida e a de outras jovens, integradas ao cangaço muitas vezes pelo rapto.

"Jovens" é muito. Às vezes meninas, como Dadá, estuprada aos 12 por Corisco, tornando-se assim sua mulher — o rito sangrento sublinhando a posse expressa no pronome.

Pois um estupro é sempre um exercício de poder e posse, como o de Corisco sobre Dadá. Enquanto o ataque ao corpo de uma mulher continuar a ser visto na esfera do desejo sexual — como pretendem muitos, inclusive políticos de ontem e hoje —, a vítima continuará a ser vista como culpada, ou pela roupa, ou pela atitude.

A crueza das cenas perpetradas pelo cangaço no início do século 20 não se amenizou e se repete, bem entrado o século 21, em todo o país, como mostra Negreiros no novo livro. Difícil lê-las e dormir — ou andar na rua, ou pegar um táxi — sossegado.

Imagine então pesquisá-las e descrevê-las tendo sido você mesma violada, como foi a autora do livro, sequestrada e estuprada em 2003.

Mas também os homens deveriam sentir desassossego diante da clareza com que Negreiros demonstra que o estupro é uma questão cultural no país. O contexto social, político e legal que dá o amparo à cultura da violência não é, afinal, um problema apenas das vítimas que dela padecem.

Estamos todos imersos no caldo que permite que, no minuto ou dois que lhe custa ler este texto, mais uma mulher seja estuprada no Brasil. Seja ela quem for, como para todas as vítimas da violência sexual, a vida nunca mais será a mesma.

O colunista Hélio Schwartsman está em férias

Máquina de moer gente

Cristina Serra

Está em processo de incubação na Câmara dos Deputados, num grupo de trabalho criado por Arthur Lira, o projeto de alteração no Código de Mineração. O relatório da deputada Greyce Elias (Avante-MG), que está para ser votado, propõe que a mineração seja considerada atividade de "utilidade pública", de "interesse social" e "essencial à vida humana".

Sim, você leu direito. No país em que quase 300 pessoas morreram em dois recentes desastres no setor, a mineração passaria a ser considerada "essencial à vida humana". A essência do relatório é reduzir o papel regulador e fiscalizador do Estado, transformando-o em um mero bedel dos interesses das companhias mineradoras.

A proposta também diminui o poder de estados e municípios, subordinando-os às decisões da Agência Nacional de Mineração (ANM). Planos de expansão urbana e criação de unidades de conservação, por exemplo, ficariam condicionados à prioridade dos empreendimentos. O relatório enfraquece mecanismos de proteção ambiental e apressa prazos para o poder público decidir sobre demandas das empresas. Cria a estranha figura da "aprovação tácita", caso a ANM não decida sobre licenças em 180 dias.

A proposta na Câmara é um beneplácito injustificado a um setor que tem demonstrado ser inimigo do meio ambiente e uma máquina de moer gente no Brasil. Nosso problema não é falta de boas leis. No que se refere ao poder público, Mariana e Brumadinho mostraram a necessidade de fortalecer os órgãos fiscalizadores e de criar regras mais rígidas de controle social e transparência.

A mudança do Código de Mineração se soma a outros projetos pró-mineradoras, como o que libera a atividade em terras indígenas. Levantamento do Instituto Socioambiental, de 2019, nos registros da ANM, mostrou que havia mais de 500 pedidos de pesquisa do subsolo na terra dos Yanomami. Não surpreende que esteja em curso o genocídio deste povo, à vista de todos nós.

Gritos de Carnaval

Alvaro Costa e Silva

O café Gaúcho ferve. Numa das esquinas mais movimentadas do Centro do Rio — entre as ruas São José e Rodrigo Silva, palco de protestos e manifestações políticas, em frente à nova sede da Assembleia Legislativa —, o botequim resistiu ao extermínio que a pandemia impôs ao comércio da região e já trabalha no ritmo de antes: o chope e o cafezinho não param de sair, assim como o bolinho de carne e o cachorro-quente de linguiça.

Com os cotovelos encostados no balcão, o trabalhador informal tem um único assunto, fora a expectativa de receber a grana do auxílio governamental: "Vai ter Carnaval em fevereiro? O Bolsonaro vai deixar?".

Se depender só de Eduardo Paes, o prefeito-folião, o Rio terá o maior Carnaval de todos os tempos, capaz de superar a farra de 1920, que marcou o fim da gripe espanhola, estendendo-se do Réveillon até os idos de março. Não imagino como será feita a fiscalização na hora de exigir o passaporte da vacina para pular na pipoca do cordão da Bola Preta, com mais de um milhão de pessoas nas ruas. Paes não abre mão de faturar e, de lambuja, tirar um sarro de Marcelo Crivella, o prefeito-pastor, que via em cada carioca um Zé Pelintra e fez de tudo para boicotar a festa.

Os sonhos de riqueza não são menores em São Paulo. Terceirizada, a folia na cidade funciona como um negócio que prevê a presença de 15 milhões de pessoas gastando e se divertindo em 900 blocos. Já se registrou o primeiro grito de Carnaval: a alegoria de um touro chifrudo e dourado, significando a força do povo brasileiro. No quesito cafonice, ganhou 10, nota dez.

Circula no Facebook uma publicação afirmando que Bolsonaro pode vetar o Carnaval se a OMS não tiver decretado o fim da pandemia. Mas até agora o governo não anunciou restrições. Se tentar impedir a festa, o presidente pela primeira vez ficará a favor do distanciamento social. Fique em casa e a economia a gente vê depois.

Tucanos sem ninho

Guilherme Boulos

Professor, militante do MTST e do PSOL. Foi candidato à Presidência e à Prefeitura de São Paulo. Escreve às terças

Não é de hoje que o PSDB está na UTI, respirando por aparelhos. A rigor, aparelhos financeiros e midiáticos, que insistem em lhe dar sobrevida. Aquele partido que por 20 anos polarizou as eleições nacionais com o PT não existe mais.

Um partido precisa ter base social e projeto político. A base tucana foi tomada de assalto pelo bolsonarismo em 2018 e não demonstra nenhuma intenção de retorno. Quando Aécio Neves não aceitou a derrota eleitoral de 2014, fez seu partido atravessar o Rubicão. Entusiasmados com a onda de antipolítica — crentes de que se beneficiariam dela —, os tucanos foram engolidos pelo turbilhão e varridos por Bolsonaro.

Quanto ao projeto político, se é que restava algo da linha fundacional de FHC, Montoro e Mario Covas, foi destruído pelo oportunismo de João Doria. Não há compromisso com nenhuma ideia a não ser os interesses da Faria Lima. O PSDB não tem mais qualquer projeto de país, apenas de poder, e mesmo nesse vai mal das pernas. O fato de boa parte da bancada tucana votar sistematicamente com Bolsonaro no Congresso é só um sintoma dessa perda de rumo e protagonismo.

A atenção midiática desproporcional às prévias internas do partido só se explica pelo desespero constrangedor na busca de uma terceira via. Enquanto Lula, líder em todas as pesquisas, reunia-se com chefes de Estado na Europa e era aplaudido de pé pelo Parlamento europeu, as manchetes estampavam uma disputa quixotesca de quem seria indicado pelo PSDB, que não passa hoje de 3% de intenção de votos.

Aliás, as prévias ao menos serviram para enterrar de vez o mito de "bom gestor" dos tucanos. Quem não consegue gerir sequer um aplicativo não tem a menor condição de gerir o Brasil. Na verdade, o vexame de domingo nem era necessário para isso, bastava um pouco de atenção na gestão tucana no estado mais populoso.

Em 20 anos, não conseguiram concluir um rodoanel na capital paulista, mesmo com aditivos bilionários às empreiteiras. As promessas de expansão do metrô viraram lenda e o monotrilho de Congonhas, previsto para a Copa de 2014, permanece como um esqueleto.

Segundo o TCE, são 621 obras paradas e 520 atrasadas no estado que os "bons gestores" governam há 27 anos. São Paulo se desindustrializa a olhos vistos e a arrecadação — em termos reais, descontada a inflação — está estagnada há dez anos. É questão de tempo para que caia esse último bastião tucano.

Mesmo assim, as prévias partidárias seguem sendo incensadas. Na própria terceira via, o PSDB — com Doria ou Leite — está atrás de Ciro e Moro. Como disse Bernardo Mello Franco, a disputa interna terá a gloriosa função de definir quem perderá as eleições presidenciais. Isso se o aplicativo funcionar.